

## DRAMATIZAÇÕES E MENTIRAS DESGASTAM O GOVERNO



É hábito do Governo “criar um escândalo e uma dramatização por tudo e por nada”, apontou Rui Rio, na tomada de posse dos órgãos distritais do PSD do Algarve, dia 21. “Quando se sobe muito alto na dramatização e na mentira, maior é a queda”, acrescentou



pág. 5

### PSD

SALVADOR MALHEIRO ACUSA GOVERNO DE “ESCONDER INCOMPETÊNCIAS E IRRESPONSABILIDADES SUCESSIVAS” NO PROJETO DO AEROPORTO DO MONTIJO

Salvador Malheiro, vice-Presidente do PSD, classifica a intenção do Governo de alterar a lei que permite aos municípios vetar a construção do aeroporto do Montijo “desajustada e desproporcional”



pág. 7

### PARLAMENTO

DEPUTADOS DO PSD VOTARAM EM CONSCIÊNCIA DIPLOMAS SOBRE EUTANÁSIA

Quatro deputados intervieram em nome do PSD sobre as duas correntes sobre os cinco diplomas da morte medicamente assistida em Portugal



pág. 10

### REGIONAIS

PRIORIDADE DA MADEIRA É “MANTER O CRESCIMENTO ECONÓMICO”

Miguel Albuquerque, presidente do Governo Regional da Madeira, reafirmou que a prioridade do executivo regional é “manter o crescimento económico” da região autónoma



**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

## MONTIJO, UMA SUCESSÃO DE EQUÍVOCOS

O Governo e o PS escolheram o Montijo para construir o novo Aeroporto Internacional de Lisboa. A opção política, a localização geográfica, o modelo de financiamento e de negócio assim como o calendário da obra são da exclusiva responsabilidade do Governo, que assumiu para si avançar com a realização deste "investimento estruturante e estratégico para os desígnios nacionais", tal como refere a Proposta de Orçamento do Estado para 2020, sem que estivessem reunidas todas as condições, técnicas e legais.

Mas a decisão do Governo não para de esbarrar em contratempos. Em janeiro de 2019, durante a cerimónia de assinatura do acordo sobre o modelo de financiamento para a construção do novo aeroporto e o reforço da capacidade do atual aeroporto, o Primeiro-Ministro anunciava que a expansão da capacidade aeroportuária estava fechada. Que a decisão pelo Montijo vinha corrigir um atraso de 50 anos. Faltava, porém, um pormenor. A Declaração de Impacte Ambiental que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) veio apresentar apenas no final do desse ano, com um parecer favorável, mas condicionado.

Na semana passada, o ministro das Infraestruturas e da Habitação veio dizer que, afinal, o regime legal para a certificação do aeroporto do Montijo terá de ser alterado, considerando "incompreensível" que o avanço da obra esteja dependente da oposição do presidente da Câmara Municipal da Moita. Ora, aquele diploma não podia ser mais claro: "O requerimento de apreciação prévia (...) deve ser instruído com (...) parecer favorável de todas as câmaras municipais dos concelhos potencialmente afetados, quer por superfícies de desobstrução quer por razões ambientais".

Pedro Nuno Santos, que no passado defendia que Portugal batesse o pé aos alemães e aos credores internacionais, quer agora promover a alteração da lei e apoucar o papel dos municípios na construção de um equipamento que irá mudar toda a região para sempre. É este o respeito que o PS e o Governo têm pelos autarcas?

A intenção do ministro é clara. Promover a alteração da lei para retirar aos municípios a prerrogativa de apreciação prévia de viabilidade da obra. Parece que o ministro convive mal com a democracia e estamos perante uma matéria complexa, que além de não ser uma competência do Governo, mais do que justifica a auscultação das autarquias interessadas.

O Governo e o PS, que tanto gostam de exhibir os trunfos da geringonça não podem, perante a intransponibilidade dos factos e da lei, pedir que sejam os outros a resolver um problema que arranjam para si próprios.

Se o Governo teve a arrogância de tomar uma decisão no mais completo desprezo da opinião do PSD, das associações ambientais e até das companhias aéreas, uma vez que a TAP, a Ryanair e a Easyjet já manifestaram resistência em voar para o Montijo, que terá uma pista de comprimento insuficiente para os Boeing 737-800 e se não soube medir o alcance desta decisão, terá agora, também, de arcar com as consequências desta trapalhada.

Percebemos que o Governo agiu, desde o início, sem a ponderação necessária. Um aeroporto não é um equipamento de segunda linha. Pela dimensão da obra, financiamento, impactos ambientais e consequências de transformação de grande envergadura para a Península de Setúbal, o Governo deveria, no mínimo, ter procurado um entendimento amplo e consensual com todos os agentes, incluindo os autarcas, os organismos públicos, as associações ecologistas e até os deputados. O recurso à validação parlamentar só está a ser colocada por mera conveniência porque o Governo está num beco sem saída. Como bem referiu Rui Rio, não adianta ao Governo atirar para os 79 deputados do PSD a solução para desatar um nó que é da sua própria responsabilidade.

RUI RIO NA TOMADA DE POSSE DO PSD DO ALGARVE

# DRAMATIZ DESGASTA

É hábito do Governo "criar um escândalo e uma dramatização por tudo e por nada", apontou Rui Rio, na sexta-feira, 21 de fevereiro de 2020, na tomada de posse dos órgãos distritais do PSD do Algarve. "Quando se sobe muito alto na dramatização e na mentira, maior é a queda", acrescentou.

Os portugueses cada vez mais se apercebem desta estratégia de dramatização do Governo, concluiu o Presidente do PSD, lembrando que foi assim no caso da contagem do tempo de serviço dos professores, na greve dos motoristas e ainda recentemente com a redução do IVA na eletricidade, que o PSD apresentou como alteração ao Orçamento do Estado para 2020.

"O normal" é que o Governo cumpra o mandato de "quatro anos" até ao seu fim. "Se não o fizerem, é por incapacidade deles", acredita Rui Rio, para quem o atual executivo está desgastado. Acresce que o Governo "não teve estado de graça porque, na prática, é o governo anterior acrescido de mais ministros em cima dos outros", "é a continuidade do outro, de certa forma, para pior".

Em Faro, Rui Rio afirmou ainda que o trabalho de preparação das eleições autárquicas de 2021 está a decorrer e que deve ser encontrada primeiro uma metodologia de trabalho nas autarquias onde o PSD não governa, em vez de se procurar definir já um candidato.

Durante a sua intervenção, Rui Rio prometeu ainda que o próximo conselho nacional do PSD se realizará no Algarve, respondendo ao desafio lançado momentos antes pelo líder da distrital, David Santos, que sugeriu também que a Festa do Pontal se volte a realizar no dia 15 de agosto, como se fazia habitualmente.

### MAIOR TRANSPARÊNCIA NA JUSTIÇA PARA COMBATER OPACIDADE DO SISTEMA

O Presidente do PSD reforçou a ideia de que a justiça precisa de maior transparência, pois temos "um sistema judicial que ainda mantém uma grande opacidade no seu funcionamento".

Rui Rio falava em exclusivo à TVI, dia 21 de fevereiro de 2020, na sequência da notícia dada pela estação de Queluz de Baixo, que dá conta que o ex-presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, Vaz das Neves, foi constituído arguido no processo Operação Lex.

Confrontado com a notícia, o Presidente do PSD afirmou não ter ficado admirado com o caso, mas sim com "ao longo de tantos anos, só agora aconteceu e só agora foi descoberto. Tem de haver mais transparência e é lógico que, quando não há, estas coisas podem acontecer. Tem de haver uma fiscalização diferente".

Já em 2018, Rui Rio tinha afirmado que a composição do Conselho Superior da Magistratura deveria contar com mais membros da sociedade civil, precisamente para combater a opacidade do sistema.

Agora, é preciso "fazer a investigação de forma célere e os ajustamentos legais necessários para que estas situações sejam mais dificultadas".

# ALGARVE E MENTIRAS M O GOVERNO





## RUI RIO RECEBEU O EMBAIXADOR DO BRASIL

O Presidente do PSD recebeu, dia 19, o embaixador da Embaixador do Brasil em Lisboa, Simas Magalhães. O representante diplomático da República Federativa em Portugal nasceu em Milão em 21 de setembro de 1950. Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1974 e ingressou na Carreira Diplomática em setembro de 1975. Serviu nas Embaixadas do Brasil em Washington, La Paz e Paris; na Missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington; e na Missão Permanente do Brasil em Genebra. Foi acreditado Embaixador junto aos governos do Marrocos (2003 a 2008), da Polónia (2008 a 2012) e do Paraguai (2017 a 2019). Foi Cônsul-Geral em Montevideu (2012 a 2014). No Brasil, ocupou sucessivamente os cargos de Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores e de Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior.

Simas Magalhães é casado e tem duas filhas. É fluente em espanhol, inglês e francês.

### Acompanhe-nos no dia-a-dia...

**PSD**  


**Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade  
do PSD**



**Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras**



Salvador Malheiro em conferência de imprensa

## SALVADOR MALHEIRO ACUSA GOVERNO DE “ESCONDER INCOMPETÊNCIAS E IRRESPONSABILIDADES SUCESSIVAS” NO PROJETO DO AEROPORTO DO MONTIJO

Salvador Malheiro, vice-Presidente do PSD, classifica a intenção do Governo de alterar a lei que permite aos municípios vetar a construção do aeroporto do Montijo “desajustada, desproporcional” e “um ataque ao Estado de direito”. Nesse sentido, referiu o vice-Presidente, o “PSD não está disponível para alterar o atual pacote legislativo neste contexto, onde é mais do que notório que seria a alteração de uma lei, que deve ser geral e abstrata, para solucionar um problema concreto e avulso”.

Em conferência de imprensa, na quarta-feira, Salvador Malheiro reiterou que a responsabilidade de solucionar toda esta trapalhada “é do Governo, que tem de cumprir a lei, e não dos outros partidos, que não têm obrigação de estar disponíveis para alterar leis por conveniência do PS”. “Quer deixar claro que o Governo tem outras soluções, desde

logo a possibilidade de dialogar de forma construtiva com as câmaras em causa”, declarou, salientando que nem sequer são municípios liderados pelo PSD.

O vice-Presidente social-democrata lembra que houve quatro anos para “dialogar com todas as autarquias e acautelar todas as situações”. “O Governo assinou um memorando de entendimento com a concessionária com pompa e circunstância sem ter feito o trabalho de casa”, apontou, acrescentando que o anterior ministro da pasta, Pedro Marques, nem incluiu este projeto no Programa Nacional de Investimentos 2030.

Salvador Malheiro criticou a gestão do dossiê do novo aeroporto de Lisboa por parte do Governo, que acusou de nos últimos anos ter “eliminado todas as soluções alterna-

tivas” ao Montijo, chegando a afirmar que “não havia plano B”, o que considera até ter condicionado o estudo de impacto ambiental.

Para o PSD, apontou o vice-Presidente, o que está em causa neste processo “não é o interesse nacional, mas, sim, procurar esconder uma série de incompetências e irresponsabilidades sucessivas dos atual e anterior governos”.

Na quarta-feira, no programa da rádio TSF “Almoços Grátis”, David Justino afastou também a possibilidade de os deputados do PSD contribuírem para alterarem uma lei avulsa: “Isso era um pontapé no Estado de direito. A lei é estúpida? É, mas é a lei”, assinalou.

## PAULO RANGEL PEDE A INTERVENÇÃO DA UE NA SUSPENSÃO DE VOOS DA TAP PARA A VENEZUELA



Paulo Rangel, eurodeputado do PSD, pede a intervenção do Alto Representante da União Europeia (UE) para os Negócios Estrangeiros, Josep Borrell, face à suspensão de voos da TAP na Venezuela, durante 90 dias, decretada pelo Governo de Caracas.

O deputado social-democrata, que era o único português presente na reunião da Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu, considera “inaceitável” que o Alto Representante “não se tenha ainda pronunciado” em relação à suspensão de voos da TAP para Caracas, capital venezuelana.

Paulo Rangel entende “não pode admitir-se que a UE não tome uma posição oficial” sobre o assunto, lamentando também que o Governo português, liderado pelo socialista António Costa, não tenha “solicitado apoio” a Bruxelas para resolver esta questão diplomática.

“A passividade do Alto Representante é tanto mais grave quando se temem retaliações do regime de Maduro sobre os portugueses e os lusodescendentes residentes naquele país”, sublinha a nota divulgada hoje.

Numa segunda intervenção, o eurodeputado social-democrata exigiu que a União Europeia adote “uma posição oficial de condenação” através de Josep Borrell.

Na sequência da resposta ambígua da representante do Serviço Europeu de Ação Externa, os deputados do PSD no Parlamento Europeu vão dirigir ainda esta quinta-feira, uma pergunta escrita ao Alto Representante da União Europeia.

# ÁLVARO AMARO PROPÕE COMBATE AO RACISMO NO PLANO EUROPEU

O eurodeputado do PSD Álvaro Amaro apelou à comissão Europeia para que seja elaborado “um plano de ação contra o racismo no desporto”, para que se “estabeleça um conjunto de medidas com repercussão no curto e no médio prazo e organize uma enorme campanha de sensibilização para o tema”.

Através de uma carta dirigida à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e à comissária para a Igualdade, Helena Dalli, Álvaro Amaro apela a Bruxelas para que sejam tomadas medidas urgentes contra “a persistência e recorrência de atos de discriminação racial no desporto”, partindo do caso que envolveu o jogador Moussa Marega, em Portugal.

Na missiva, assinada por 140 deputados, Álvaro Amaro lembra que estes casos não são exclusivos de Portugal mas uma realidade a nível europeu, não sendo também exclusivo do futebol nem do desporto, mas existindo “noutras áreas da vida em sociedade”. “A ação da Comissão Europeia é decisiva; só ela pode fazer a diferença”, diz o texto.

O eurodeputado do PSD apela ainda à urgência da ação tendo em conta que “o desporto é, para os mais jovens, mas também para toda a sociedade, uma escola de valores de práticas e de atitudes”. “Se não atuarmos, se não reagirmos, se não nos anteciparmos, a complacência com o racismo e a violência no desporto terá efeitos em todos os domínios da sociedade”.



## LAURA FERREIRA (1966-2020)

Laura Ferreira, 54 anos, mulher do antigo Presidente do PSD e Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, faleceu na madrugada de terça-feira, 25 de fevereiro de 2020, no Instituto Português de Oncologia de Lisboa (IPO), onde se encontrava internada.

Laura Ferreira tinha sido diagnosticada com um tumor ósseo há cerca de cinco anos, quando Passos Coelho ainda exercia as funções de chefe do Governo. Em janeiro de 2015, o então líder do PSD emitiu um comunicado sobre o tema para “evitar mais especulações” sobre o assunto e pediu respeito pela privacidade da família.

Natural de Bissau, Laura Maria Garcês Ferreira viveu também no Mindelo, São Vicente, em Cabo Verde. A família mudou-se para Coimbra e em 1978 para o Cacém, concelho de Sintra. A fisioterapeuta casou com Pedro Passos Coelho em 2004. Tinham uma filha em comum.

Em comunicado, o PSD recebeu “com grande consternação”, salientando que Laura Ferreira era uma “figura muito acarinhada” e que “deixa saudades” a todos aqueles que com ela conviveram. No texto, a direção do PSD, na figura do seu Presidente, Rui Rio, expressou a “Pedro Passos Coelho e à restante família o seu mais sentido pesar nesta hora”.

O Presidente da República dirigiu as “mais sentidas e amigas condolências” ao ex-primeiro-ministro pelo falecimento da sua mulher, “neste momento de enorme perda da sua mulher”. Para o chefe de Estado, Laura Ferreira, foi “alguém que deixou um traço de humanidade e serviço comunitário na sociedade portuguesa”.

O velório de Laura Ferreira decorreu no final de quarta-feira, no centro funerário de Cascais, tendo lugar na quinta-feira, uma cerimónia reservada à família.

Eutanásia

# DEPUTADOS DO PSD VOTARAM EM CONSCIÊNCIA, RUI RIO SAÚDA “DEBATE QUE PRESTIGIOU O PARLAMENTO”



No debate dos cinco diplomas apresentados pelos partidos da oposição sobre a despenalização da eutanásia ou morte medicamente assistida em Portugal, intervieram em nome do PSD, na quinta-feira, 20 de fevereiro de 2020, no Parlamento, quatro deputados representativos das duas posições em confronto: António Ventura e Cláudia Bento (contra) e André Coelho Lima e Sofia Matos (a favor). Recorde-se que, desde a discussão deste tema há algumas semanas, Rui Rio revelou que o PSD daria total liberdade de voto. Cada deputado do PSD votaria de acordo com a sua consciência ou convicção pessoal.

António Ventura, opositor da despenalização da morte medicamente assistida, sublinhou que a “vida é um bem indisponível” e “muitas vezes quem pede a morte, assume um ‘grito de socorro’, que advém da falta de cuidados de saúde e da ausência de proximidade afetiva por se considerar um peso para os outros”. O deputado apontou a experiência de outros países e diversos estudos que indicam que “nunca é absolutamente seguro que se respeita a vontade de forma fidedigna da pessoa que pede a eutanásia”. António Ventura teme a “possibilidade de alguns a reivindicarem uma eutanásia mais abrangente”, através da “chamada ‘rampa deslizante’, que “rapidamente” passaria de doença terminal, a doença crónica, à deficiência, a crianças e a qualquer momento da vida. “Assim, possibilitar a ‘morte

Votação múltipla			
	Favor	Abstenção	Contra
P JL 4/XIV(BE)	124	14	85
P JL 67/XIV(PAN)	121	16	86
P JL 104/XIV(PS)	127	10	86
P JL 168/XIV(PEV)	114	23	86
P JL 195/XIV(IL)	114	24	85

provocada’ na Lei é a demissão do Estado e a capitulação do que ‘falta fazer’. Não podemos esquecer que o único fim das Leis produzidas nesta Assembleia são para melhorar a vida das pessoas. No meu entendimento a vida tem dignidade em qualquer situação e, por isso, merece proteção. Quero enquanto legislador ajudar a viver”, manifestou.

André Coelho Lima, defensor da despenalização da eutanásia, ressaltou que “a vida é um direito” individual, não cabendo ao Estado ingerir-se na vida de cada cidadão, ao ponto de decidir se um indivíduo deve manter-se vivo, “mesmo contra a sua vontade”. Para André Coelho Lima, o recurso à assistência médica na antecipação da morte perante situações de “sofrimento físico” constitui um “ato de altruísmo”. “Porque o ato de permitir que o detentor do direito à vida decida a sua própria morte é, antes de mais, um ato de altruísmo. Um ato de profundo amor pelo próximo. Mas também de respeito. Respeitar que a vontade de alguém sobre si próprio deve ser prevalecente à dos que sofrem por o ver partir. Fazer o contrário, pensar primeiro em nós do que no outro, seria um ato de egoísmo. Seria um ato até de alguma soberba, achar que sabemos mais da vida dos outros do que eles próprios. (...) Devemos nós, para evitar o nosso sofrimento psicológico, impor um sofrimento físico a quem dele não queira padecer”, disse.

Sofia Matos, a favor desta solução, enalteceu “a complexidade e a sensibilidade incomum” do tema em causa, pelo que o voto de cada parlamentar representa “bem a pluralidade democrática, de opiniões e visões quer dentro quer fora do hemiciclo”. No entanto, a deputada afirmou que a sua consciência dita que deva “votar favoravelmente estes diplomas, conferindo a estes cidadãos a possibilidade de escolher viver ou morrer, de acordo com os critérios de dignidade que cada um deles construiu ao longo da sua vida”. “Se o Estado de Direito que defendo não pode ditar quem vive

e quem morre, o modelo de sociedade em que eu acredito e que quero ajudar a construir, deve garantir todos os cuidados a quem esteja em fim de vida, mas não deve obrigar a viver a quem o tormento e a dor serão a única expressão de vida que conhecerá até ao dia da sua morte”, destacou, ressaltando que a “regulamentação da eutanásia não pode, em momento algum, significar menor investimento do Estado na rede de cuidados paliativos”.

Numa posição contrária à despenalização da eutanásia, Cláudia Bento referiu que a lei já prevê o testamento vital, as diretivas antecipadas de vontade, assim como a recusa de tratamentos ou terapêuticas. Cláudia Bento, que é médica, entende que nunca poderá haver garantias de que o pedido de eutanásia é “verdadeiramente livre ou inequívoco”, nem está contemplado nos diplomas que “o grau de sofrimento é mensurável”. A deputada recorda que “as primeiras leis na Bélgica e na Holanda usaram uma linguagem praticamente idêntica à dos projetos de lei em discussão”. Cláudia Bento diz que teme que “a lei possa evoluir para uma legislação mais permissiva”, envolvendo uma decisão que é irreversível. “Espero que Portugal continue a ser um testemunho na proteção da vida humana”, frisou.

Durante o debate, que durou duas horas e 44 minutos, os deputados do PSD saudaram Rui Rio por permitir que cada deputado exprimisse livremente a sua opinião, não estando sujeito à disciplina partidária. Todos os cinco diplomas foram aprovados pelo Parlamento, seguindo para a respetiva comissão.

No final, o Presidente do PSD elogiou a postura dos deputados, não apenas os do PSD, pela “demonstração de liberdade”, mas todos os parlamentares que participaram num debate que, para Rui Rio, “prestigiou o Parlamento”.



# PSD TRAÇA PRIORIDADES NA HABITAÇÃO CONTRA “INCAPACIDADE” DO GOVERNO

Durante quatro anos, o Estado não cumpriu a obrigação de “disponibilizar as suas propriedades públicas abandonadas” para habitação a custos moderados, criticou a deputada Filipa Roseta, na quarta-feira, 26 de fevereiro, elencando ainda as prioridades imediatas para uma política nacional de habitação sustentável.

No plenário, Filipa Roseta acusou o Governo de, na anterior legislatura, falhar em “disponibilizar as suas propriedades públicas abandonadas”, “fosse por opção, fosse por incapacidade”, perante a escalada de preços no mercado imobiliário e “desigualdades crescentes” no acesso à habitação. O designado Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado “começou por identificar edifícios públicos em 2016, mas a verdade é que, passados quatro anos, não conseguiu pôr um único edifício no mercado”.

O PSD critica ainda a inscrição de 150 milhões de euros para a política de habitação do Orçamento do Estado para 2020, menos do que vale um terreno na zona das Amoreiras, em Lisboa, como lembrou a deputada, antes de elencar os passos necessários para agir no capítulo da habitação. “O primeiro passo é fazer o Mapa de Propriedades do Estado e torná-lo público, com a informação se estão, ou não, vazias e devolutas”, apontou. De seguida, deve o Governo “compatibilizar estas propriedades com as carências identificadas”, colocando depois “as propriedades no mercado, sem vender, e sem pesar um Euro no Orçamento do Estado”.

Numa declaração política na Assembleia da República, Filipa Roseta apelou à ação do Governo em matéria de habitação a olhar para o valor da sustentabilidade. “Se, além desta sustentabilidade económica, conseguirmos garantir a sustentabilidade ambiental do edificado” e “a sustentabilidade social”, “estaremos finalmente a caminhar para a construção de cidades com futuro”, rematou.



Carlos Peixoto

## “OS PORTUGUESES TÊM DE PERCEBER PARA QUE É QUE QUEREM A REGIONALIZAÇÃO”

Carlos Peixoto, deputado social-democrata, reitera que o PSD está aberto para discutir o tema de regionalização, “sem filtros, sem preconceitos e sem dogmas”.

Numa intervenção esta quarta-feira no Parlamento, o vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD entende que o debate em torno do processo da regionalização deve merecer uma “reflexão alargada” à sociedade civil, envolvendo as comunidades intermunicipais, as assembleias metropolitanas e as universidades.

Nesse âmbito, Carlos Peixoto lembra que todos os grupos parlamentares devem analisar o “relatório da comissão técnica independente e perceber que têm lá algumas notas e indicações muito importantes para nos habilitar a todos a legislar sobre aquilo que é básico”.

Criticando a postura dos deputados comunistas e bloquistas, Carlos Peixoto sublinha que é necessário que os portugueses saibam o que está em causa. “Esse é o pecado original dos vossos projetos. Em primeiro lugar, os portugueses têm de perceber para que é que querem a regionalização. Quais são as competências e atribuições dos órgãos regionais, como vão ser eleitos, quais as fontes de financiamento, qual o recorte geográfico destas regiões. (...) Foi exatamente por esse disparate que, em 1998, se chumbou o referendo à regionalização, pois os portugueses foram colocados perante uma pergunta sem saberem nada do que estava para trás”, disse.

Carlos Peixoto salienta que “o PSD não está a manifestar nenhuma posição pró ou contra a regionalização, porque primeiro quer fazer este debate, quer ouvir, quer pensar e só depois quer agir”.

O deputado acentua, por isso, que “o PSD não concordará com qualquer processo de regionalização que só sirva,



ou sirva primordialmente, para aumentar a despesa do Estado, para favorecer clientelismos partidários ou para distribuir alguns lugarzinhos”. “Se é para isso, não contem connosco. Contem connosco para pensarmos primeiro e agirmos depois, não queremos construir a casa pelo telhado”, sintetizou.

### CANCELA MOURA: GOVERNO FALHOU NA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS

José Cancela Moura afirmou que o PSD acompanha as iniciativas do PCP e do BE, sobre a criação de regiões administrativas, mas só após um debate público alargado sobre a organização administrativa do Estado. Numa intervenção no Plenário, o deputado lamenta que as propostas traduzam uma “opinião seletiva” sobre as conclusões do relatório final da comissão independente para a descentralização, citando apenas por conveniência e parceladamente o que importa verdadeiramente à motivação das suas posições.

Fazendo eco das preocupações vertidas nesse relatório, o social-democrata declarou que ou referendo de 1998 nos serve de lição e aprendemos com os erros de então, “ou é garantido que o novo referendo poderá comprometer definitivamente a regionalização”.

Contudo, José Cancela Moura frisou que a maior dúvida do PSD “radica no governo e no PS, que em matéria de reformas não passa da intenção. Em abril de 2018, e após 2 anos de indefinição e impasse no processo de descentralização, o PSD, em nome do interesse nacional, subscreveu uma declaração conjunta com o governo que versava duas temáticas indissociáveis uma da outra: a transferência de competências para as autarquias e a reforma da organização subnacional do Estado. Sobre a primeira, o governo fez o pleno e falhou em tudo”. Tendo em conta este histórico no que respeita à descentralização, o social-democrata concluiu a sua intervenção com uma questão: “se o Governo e do PS reiteradamente incumpriram em toda a linha com a primeira parte do acordo, que garantias pode ter o país de que cumpra com a segunda?”

# PSD EXIGE A “DEMISSÃO IMEDIATA” DO PRESIDENTE DO CONSELHO METROPOLITANO DO PORTO

A Comissão Política Distrital do PSD do Porto exige a “demissão imediata” do Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, Eduardo Vítor Rodrigues. Em comunicado, o PSD do Porto faz duras críticas ao também presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. “Em toda a sua história, nunca o Conselho Metropolitano do Porto teve, como agora, um Presidente que envergonha o passado de prestígio e de reconhecimento de todos aqueles que sempre defenderam a coesão metropolitana e lutaram por projetos comuns e aglutinadores”, destaca o comunicado assinado por Alberto Machado, presidente da distrital do PSD do Porto.

O PSD considera que a “gota de água” foi a assinatura “apressada e improvisada”, na passada sexta-feira, em Gondomar, do protocolo “inútil” para o estudo de expansão da rede de metro do Porto. O projeto prevê o desenvolvimento de sete linhas e vai ter um investimento de cerca de 860 milhões de euros.

Para o PSD local, este é um processo que se arrasta há demasiado tempo e que demonstra que Eduardo Vítor Rodrigues “não tem visão e não revela capacidade de liderança para gerir os interesses da Área Metropolitana do Porto (AMP), nem para reivindicar o necessário investimento”. A prová-lo, dizem, está a ausência de 9 dos 17 Presidentes de Câmara da AMP na cerimónia de assinatura.

No mesmo texto, o PSD do Porto critica a “incompetência, a opacidade e a inépcia reveladas na gestão deste processo (...) congeminado por um par de autarcas e pela Metro do Porto, sob orientação do Ministério do Ambiente”, considerando que esta “só mais uma demonstração da falta de empenhamento e interesse que se vem somar a um vastíssimo conjunto de situações obscuras e pouco transparentes, que têm gerado mal-estar entre a maioria dos municípios da AMP”.

“E se analisarmos os contornos dos vários projetos e resoluções que têm sido decididos na AMP, ficamos ainda mais preocupados, desde logo, quando percebemos que o Eng.º Tiago Braga, nomeado Presidente do Conselho de Administração na Metro do Porto, em 2019, já ocupou inúmeros cargos de confiança política de Eduardo Vítor Rodrigues. Apenas coincidência? Malgradamente, é neste pântano de influências, que a AMP vive atualmente.”

A distrital do PSD do Porto diz ainda que não esperava que o líder da AMP “embarcasse em devaneios teatrais de assinaturas de protocolos para estudos, que de nada servem”, defendendo que o que é realmente necessário é “a concretização dos projetos já existentes e de obra executada, bem como de uma voz forte que represente verdadeiramente a AMP”. “A passividade do atual Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, face a este recidivo desrespeito, é particularmente grave, tanto mais que, em causa está a coesão regional e o desenvolvimento integral do grande Porto”, lê-se no comunicado.

Além das sete linhas prioritárias – Campo Alegre, São Mamede, Circular (Casa da Música – Polo Universitário de Asprela) Gaia, Trofa, Maia e Gondomar –, que segundo o PSD/Porto “apenas precisam de decisão política”, o PSD recorda ainda que à espera de aprovação estão também as populações de Vila do Conde, da Póvoa de Varzim e de Valongo, e questionam “e porque não contemplar a integração, num planeamento a médio prazo, desta rede metropolitana de transportes, dos municípios de Paredes e de Santo Tirso ou de outros municípios do distrito de Aveiro, mas integrantes da AMP?”.

“As expectativas de todos são totalmente legítimas quando o Governo anuncia investimentos avultados, mas que infelizmente ou são geridos com base em interesses partidários de bastidores, ou não passam de promessas efémeras reduzidas a estudos e mais estudos, que nunca saem do papel”, acusam.



## DESCONTOS NAS PORTAGENS “SÃO PROPOSTA FAZ-DE-CONTA”

A distrital do PSD de Castelo Branco afirma que os descontos nas portagens em sete autoestradas “são uma proposta de faz-de-conta para desviar a atenção da incapacidade manifestada pelo Governo socialista de defender o distrito”.

“Não nos conformamos com o argumento orçamental utilizado pelo Governo de que esta proposta de redução é a proposta possível perante um quadro de estabilidade financeira. Se houve capacidade orçamental para baixar substancialmente o preço dos transportes públicos nas Áreas Metropolitanas, terá de existir essa mesma capacidade nos territórios de baixa densidade”, afirma, em comunicado, a distrital social-democrata.

A ministra da Coesão Territorial anunciou descontos nas portagens de sete autoestradas a partir do terceiro trimestre do ano para os “utilizadores frequentes”.

Os social-democratas argumentam que se a medida está pensada para ter impacto nos utilizadores locais “está mal desenhada”.

Dão como exemplo um trabalhador que trabalhe num ponto do distrito e se desloque para outro: só terá desconto ao oitavo dia de passagem na A23. “Como, em média, o mês tem 22 dias úteis, um terço do mês não sofre qualquer tipo de desconto. O exemplo que é dado na comunicação social é um exemplo desfasado da realidade das nossas empresas. A maioria das pequenas e médias empresas que operam no nosso território raramente utilizam a A23. Apenas as grandes transportadoras utilizam a A23 para circulação e não o fazem numa base diária, mas sim numa base semanal ou bissemanal. Se for assim, só irão usufruir da redução na sua última viagem”, sustentam.

A distrital do PSD de Castelo Branco defende a abolição de portagens na A23 e admite que, numa primeira fase de transição para a eliminação de portagens, a metodologia indicada poderia ser transitória.

Neste sentido, propõe a abolição total de portagens para residentes (pessoas e empresas) e, para não-residentes, a aplicação de um número pré-determinado de viagens gratuitas (10 viagens mensais). Avança ainda com a implementação das reduções desde o dia 01 de abril de 2020 (“em termos turísticos, existe a oportunidade de valorizar o período das Férias da Páscoa, tradicionalmente forte no território”).

# PRIORIDADE DA MADEIRA É “MANTER O CRESCIMENTO ECONÓMICO”



Miguel Albuquerque, presidente do Governo Regional da Madeira, reafirmou que a prioridade do seu executivo é manter o crescimento económico da região.

O líder do governo regional reiterou este objetivo na cerimónia de assinatura do acordo entre a Secretaria da Economia, a Associação Comercial e Industrial do Funchal (ACIF) e a Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM), que permitiu transformar a Invest Madeira numa associação de promoção da região.

“Esta reconversão da Invest Madeira numa agência resulta daquilo que são as prioridades do Governo e a essencial é uma aposta no desenvolvimento”, disse.

Uma melhor distribuição da riqueza; a erradicação da pobreza e das desigualdades; a promoção do maior número de oportunidades; a concretização do emprego qualificado; a devolução de rendimentos às famílias e a subida do nível de vida são metas que, para o presidente do Governo Regional, só poderão ser atingidas “com crescimento económico” e com apoio da iniciativa privada.

“Precisamos de um ambiente favorável ao crescimento das empresas, à concretização e atração de novos agentes económicos, à criação de economias de escala e à promoção dos produtos no exterior”, acrescentou, sublinhando que o Governo Regional de coligação PSD/CDS tudo fará para apoiar a iniciativa privada.

# JOSÉ MANUEL BOLIEIRO DEFENDE COOPERAÇÃO COM AUTARQUIAS

O presidente do PSD/Açores garante que um futuro governo regional social-democrata vai cooperar com todas as autarquias da Região sem distinção de cores partidárias, tendo lembrado o “exemplo” que deu enquanto autarca ao longo dos últimos anos. “Para desenvolver os Açores e cada um dos seus municípios é necessária uma boa relação entre o Governo Regional e as autarquias, independentemente das cores partidárias. É isto que pretendo fazer. Não se trata de uma promessa, mas sim prosseguir o exemplo que dei enquanto presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada na relação com as juntas de freguesia”, afirmou José Manuel Bolieiro, no final de uma visita de dois dias ao concelho do Nordeste.

O líder dos social-democratas açorianos assegurou que, “enquanto candidato a Presidente do Governo Regional, não pretendo ser um político da palavra, mas sim um político do exemplo”. “Enquanto autarca dei o exemplo de um bom relacionamento com as juntas de freguesia. Pretendo agora levar este exemplo para a administração regional, criando uma parceria de eficiência no investimento público, com um diálogo produtivo com o poder local”, frisou.

José Manuel Bolieiro destacou a necessidade de haver um maior investimento do Governo Regional no Nordeste, alegando que “o concelho, que tem belezas inigualáveis da natureza, é um daqueles em que há mais dificuldade de acesso ao mar”.

“Não faz sentido que num concelho localizado numa ilha haja dificuldade de acesso ao mar. É preciso cruzar o investimento do Governo Regional com o esforço que a Câmara Municipal do Nordeste já faz”, disse.

O presidente do PSD/Açores deu o exemplo do acesso à Ponta do Arnel, cujo farol “é um dos mais visitados do país”, em que as obras de requalificação do acesso ao local são



totalmente suportadas pela Câmara Municipal do Nordeste.

“É necessário que haja um projeto de interesse comum entre o Governo Regional e a Câmara Municipal. A Ponta do Arnel é um local de atração turística que precisa ter boas condições de acesso ao mar”, sublinhou.

O líder do PSD/Açores defendeu também a necessidade de “valorização da pesca lúdica” no Porto no Nordeste, cuja via de acesso é a que serve o farol da Ponta do Arnel.

José Manuel Bolieiro acrescentou que também a Boca da

Ribeira, “tratando-se de uma “zona balnear de eleição, carece de investimento”.

Nos dois dias de visita ao concelho do Nordeste, o presidente do PSD/Açores esteve acompanhado pelos deputados do partido eleitos por São Miguel e autarcas do partido.

Além de vários locais emblemáticos do concelho, José Manuel Bolieiro visitou também a Escola Básica e Secundária, o Centro de Saúde e a Santa Casa da Misericórdia do Nordeste.

 **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**

n.º 1343 - 12 de Novembro 2003 - Preço 0,75 €

# POVO LIVRE

Director: Luis Álvaro Campos Ferreira

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [povolive@psd.pt](mailto:povolive@psd.pt)

## A 19ª Cimeira Ibérica



### Um sucesso político e económico



#### Em «Suplemento»

A Assembleia da República aprova na generalidade a proposta de Lei do Orçamento de Estado

**Edição n.º 1343 do "Povo Livre" | de 12 de novembro de 2003**

"A 19ª Cimeira Ibérica: Um sucesso político e económico". A cidade da Figueira da Foz recebeu durante dois dias a Cimeira Ibérica, que juntou no Palácio Sotto Mayor os chefes de Governo de Portugal e Espanha e uma comitiva de 160 pessoas.

**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



**DISTRITAIS**

**SANTARÉM**

NOTA: Alteração do Local. da Assembleia Distrital do PSD de Santarém, publicada no PL de 19 de fevereiro de 2020.

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Santarém, em sessão ordinária, para uma reunião a realizar no próximo dia 2 de março (segunda-feira) de 2020, pelas 21H00, na sala de eventos do Convento do Carmo em Torres Novas, sita na Rua do Bom Amor, Torres Novas com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Apreciação e Votação do Relatório de Contas de 2019;
2. Análise da Situação Política atual.

**VIANA DO CASTELO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 11 de março (quarta-feira) de 2020, pelas 21H00, no Auditório do Hotel Axis Viana, sita na Avenida Capitão Gaspar de Castro, em Viana do Castelo, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Apresentação e Aprovação das Contas Relativas ao Exercício de 2019;
2. Análise da Situação Política.

Nota: Se à hora marcada não existir quórum, fica desde já a mesma reunião convocada para meia hora depois, ou seja, às 21H30.

**VIANA DO CASTELO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 28 de março (sábado) de 2020, pelas 14h00, em todas as Secções do Distrito, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Distritais:

1. Mesa da Assembleia Distrital;
2. Comissão Política Distrital;
3. Conselho de Jurisdição Distrital;
4. Comissão Distrital de Auditoria Financeira;
5. Delegados de Secção à Assembleia Distrital.

**SECÇÕES:**

1. Arcos de Valdevez – Rua Nunes de Azevedo, nº 77
2. Caminha – Rua da Corredoura, nº 22
3. Melgaço – Vila – Largo Hermenegildo Solheiro, nº 238, 1º
4. Monção – Largo do Rosal, nº 27
5. Paredes de Coura – Paredes de Coura – Rua Custódio José Vieira, nº 3
6. Ponte da Barca – Praça Dr. António Lacerda, nº 4 – 1º Dto.
7. Ponte de Lima – Praceta Dr. Vieira de Araújo
8. Valença – Edifício Cristal, Piso 4 Loja 65
9. Viana do Castelo – Rua Tenente Coronel Afonso do Paço, Lt.1 nº 46
10. Vila Nova de Cerveira – Nogueira – Rua da Pedreira, nº 3

Notas: As listas candidatas devem ser entregues, na Sede Distrital, sita na Rua Tenente Coronel Afonso do Paço, Lt 1 nº 46, (junto ao Hotel do Parque), ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As listas candidatas a Delegados de Secção à Assembleia Distrital devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede da respetiva Secção, ou no local abaixo, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estão abertas em todas as Secções das 14H00 às 20H00.

**SECÇÕES**

**BARREIRO**

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 17 de março (terça-feira) de 2020, pelas 20H45, na Sede Concelhia, sita na Rua de Trás-os-Montes, N.º 4B, freguesia de Santo António da Charneca, Concelho do Barreiro, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Contas Anuais do Exercício de 2019;
3. Orçamento para o Ano de 2020;
4. Análise da Situação Político-Partidária.

**CABECEIRAS DE BASTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do PSD de Cabeceiras de Basto, para reunir, em plenário eleitoral, a realizar no próximo dia 28 de março (sábado) de 2020, pelas 16H00, na Sede, sita no Quinchoso – Cabeceiras de Basto, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de secção.

Notas: As listas terão de ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 16H00 e as 19H00.

**GUIMARÃES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Guimarães para um plenário ordinário no dia 9 de março (segunda-feira) de 2020, pelas 21H30, na Sede do PSD, sita no Largo do Tournal, nº 125, em Guimarães, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise e Votação do Relatório e Contas do ano 2019;
2. Análise da Situação Política;
3. Outros assuntos.

**ILHAVO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Ílhavo para uma reunião ordinária, que terá lugar no próximo dia 17 de março (terça-feira) de 2020, pelas 21H00, na Sede do PSD de Ílhavo, na Av. 25 de Abril, Edifício Illiabum, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Apreciação e Votação do Relatório e Contas de 2019;
2. Apreciação e Votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2020;
3. Análise da Situação Político-Partidária;
4. Outros assuntos de Interesse Geral.

**LOUSADA**

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata convocam-se todos os militantes, para reunirem em Assembleia de Secção, no dia 6 de março (sexta-feira) de 2020, pelas 21H00, na Sede Concelhia do PSD/Lousada, sita na Rua do Tojeiro, 121 - Lousada, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da Situação Política;
2. Outros assuntos.

**MACEDO DE CAVALEIROS**

Ao abrigo do disposto nos art.º 53º 54º do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunir em Assembleia de Secção, na sua Sede Concelhia, no próximo dia 9 de março (segunda-feira) de 2020, pelas 21H00, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Aprovação de Contas de 2019;
2. Análise, Discussão e Aprovação do Orçamento e Plano de Atividades para 2020;
3. Análise da Situação Política Local e Nacional;
4. Outros assuntos.

Nota: De acordo com o disposto do artº 69º dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

**OVAR**

Ao abrigo do disposto do artº 53º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Partido Social Democrata de Ovar, para reunir no dia 13 de março (sexta-feira) de 2020, pelas 21H30, na Sede do PSD, sita na Rua Ferreira de Castro nº 84 1º Esq. Ovar com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Prestação de Contas;
2. Análise da Situação Política Local, Distrital e Nacional.

**OVAR**

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes da Secção de Ovar do PSD, dotados com capacidade eleitoral ativa, para reunir em Assembleia no dia 28 de março (sábado) de 2020, pelas 14H00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua ferreira de Castro nº 84º 1º Esq. Ovar, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: O ato eleitoral decorrerá entre as 14H00 e as 19H00.

As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa, ou a quem o possa substituir, até as 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na Sede Concelhia do PSD.

**SINTRA**

Nos termos dos Estatutos do PSD e do Regulamento Eleitoral designadamente do artº 3º, convoca-se os militantes da Concelhia de Sintra para uma Assembleia Eletiva no dia 28 de março (sábado) de 2020, pelas 14H00, na Sede sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, nº 7, em Sintra, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14H00 às 22H00;

As listas candidatas aos órgãos sujeitos a sufrágio deverão ser entregues na Sede da Concelhia ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 25 de Março de 2020.

**NÚCLEOS**

**ÁGUAS SANTAS/PEDROUÇOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Águas Santas/Pedrouços, para reunir em Sessão Plenária, dia 20 de março (sexta-feira) de 2020, pelas 21H30, na Sede do Núcleo sita na Rua dos Fontineiros da Maia, 20, Águas Santas, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações Gerais,
2. Análise da Situação Política;
3. Outros assuntos.

**LITORAL DO PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Litoral do Porto, para reunir no próximo dia 3 de março (terça-feira) de 2020, pelas 21H00, no Orfeão da Foz do Douro, sita na Rua das Motas, 9-19, Porto, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Análise da Situação Política.

**MOSCAVIDE E PORTELA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Moscavide e Portela, para reunir no próximo dia 17 de março (terça-feira) de 2020, pelas 20H30, na Sede da Junta de freguesia de Moscavide e Portela sita na Av. da República, 19 – Portela, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Análise da Situação Política Local.

**MOSCAVIDE E PORTELA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Moscavide e Portela, para reunir no próximo dia 28 de março (sábado) de 2020, pelas 14H30, na Sede da Associação de Moradores da Portela, sita na Rua do Parque Desportivo, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Moscavide e Portela.

Notas: A votação decorrerá das 14H30 às 16h30 do dia 28 de março.

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

## CONVOCATÓRIAS DA JSD

## RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00 | email: [teresa.santos@jsd.pt](mailto:teresa.santos@jsd.pt)

## CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Chaves, para reunir no próximo dia 4 de Abril de 2020 (sábado), pelas 15 horas, na Sede do PSD de Chaves, sita na Avenida Tenente Valadim, 47 – Edifício Valadim – Sub Loja E, 5400-558 Chaves, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Eleição do Órgão da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Chaves.

## Notas:

As listas candidaturas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Chaves, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Concelhia em Avenida Tenente Valadim, 47 – Edifício Valadim – Sub Loja E, 5400-558 Chaves.

As urnas estarão abertas das 15 às 17horas.

## VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Vila Franca de Xira para reunir no dia 28 de março de 2020 (sábado), pelas 16:00h, na sede da JSD VFX, sita na Rua da Praia, 63 - Vila Franca de Xira 2600-223, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa de Plenário Concelhio e da Comissão Política de Concelhia da JSD Vila Franca de Xira.

## Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede da JSD VFX, sita na Rua da Praia, n.º 63 em Vila Franca de Xira 2600-223, respeitando as normas e Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD.

O ato eleitoral decorrerá entre as 16h00m e as 20h00m.

RECTIFICAÇÃO  
RIBEIRA BRAVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 21 de março de 2020, (sábado) na hora e local abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados ao XXVI Congresso Nacional da JSD.

Horário da votação: das 18h00 às 20h00

Local da Votação: S. do PSD/Rib. Brava R. 1.º Dezembro, C.C. São Bento, Lt. 5

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na morada: Sede Regional do PSD Madeira

## ERRATA

## REGULAMENTO DO V CONGRESSO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO DA JSD

(restantes artigos mantêm-se iguais)

(...)

Artigo 16.º

(Ordem de trabalhos)

1. Sessão de Abertura;
2. Apresentação de Candidaturas à Comissão Política Nacional;
3. Balanço do Mandato e Apreciação do Relatório de Atividade;

ORDEM DE TRABALHOS

HORÁRIO

4. Apresentação, Discussão e Votação das Moções de Estratégia Setorial;
5. Apresentação e Discussão das Moções de Estratégia Global;
6. Eleição dos Órgãos Distritais e Aprovação da Moção de Estratégia Global;
7. Votação das propostas para Distinções Honorárias Distritais;
8. Sessão de Encerramento.

1. Sessão de Abertura	11h00
2. Apresentação de Candidaturas à Comissão Política Nacional;	11h30
3. Balanço do Mandato e Apreciação do Relatório de Atividade	14h30
4. Apresentação, Discussão e Votação das Moções de Estratégia Setorial	16h00
5. Apresentação e Discussão das Moções de Estratégia Global	16h30
6. Eleição dos Órgãos Distritais e Aprovação da Moção de Estratégia Global	16h30-18h30
7. Votação das Propostas para Distinções Honorárias Distritais	16h30-18h30
8. Sessão de Encerramento	18h30